

## O sistema de justiça brasileiro tratado em material paradidático no Ensino Médio Integrado: inquietudes e possibilidades

The Brazilian justice system addressed in supplementary material (paradidatic) for Integrated High School: concerns and possibilities

El sistema de justicia brasileño tratado en material didáctico complementar en la Enseñanza Media Integrada: preocupaciones y posibilidades

Recebido: 19/05/2022 | Revisado: 11/06/2022 | Aceito: 14/06/2022 | Publicado: 15/06/2022

**Rafael Félix Leite**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3128-3093>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, Brasil

E-mail: [rfelix.leite@gmail.com](mailto:rfelix.leite@gmail.com)

**Beatriz Medeiros de Melo**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3128-3093>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, Brasil

E-mail: [beatriz.melo@ifal.edu.br](mailto:beatriz.melo@ifal.edu.br)

### Resumo

É consenso que a crise do sistema prisional brasileiro representa uma das principais mazelas sociais da história recente do país. Este artigo tem por objetivo apresentar o percurso investigativo na construção de um material paradidático que contribua na qualificação desse debate no Ensino Médio Integrado, dialogando diretamente com o conteúdo programático do componente curricular Sociologia. Essa pesquisa foi desenvolvida no contexto do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/Ifal) a partir da metodologia qualitativa, no tipo Investigación-Acción-Participativa de Fals Borda (1987). Em princípio, realizamos revisão bibliográfica e na etapa diagnóstica aplicamos questionários com o corpo docente de Sociologia de diversos campi do Ifal, realizamos entrevistas semi estruturadas com cinco desses/as profissionais e aplicamos questionários em estudantes do curso de Estradas do campus Maceió. As entrevistas foram processadas à luz da Análise de Conteúdo de Bardin (2011) e foram gerados gráficos para melhor visualização dos dados. A partir desses dados, construímos a versão prévia do Caderno Reflexivo. Esse material foi validado por quatro pesquisadoras/es da temática abordada e por dez professoras/es de Sociologia do Ifal. Avaliamos que esse Caderno pode contribuir para qualificar a discussão sobre o sistema prisional e possibilitar espaços reflexivos em sala de aula que representam um esforço na superação de desigualdades sociais, e que esforços precisam continuar sendo empreendidos neste sentido.

**Palavras-chave:** Sistema prisional; Trabalho prisional; Sociologia; Educação integrada; Ensino.

### Abstract

By consensus there is a general understanding that the crisis in the Brazilian prison system represents one of the main social problems in the recent history of the country. This article aims at presenting the investigative trajectory of the production of supplementary materials (paradidactic) that are a contribution to qualifying this debate at the Integrated High School level, directly creating a dialog with the programmed Sociology curriculum. This research has been developed in the Graduate Program in Professional and Technical Education (ProEPT/Ifal) using a qualitative methodology, of the Investigative-action-participative kind proposed by Fals Borda (1987). At first, we reviewed bibliographies and during the step for diagnose a questionnaire was used with the faculty of the Sociology department on several campi in Ifal, semi structured interviews were conducted with five of these professionals and the student body of the 'Estradas' course in Maceió also answered questionnaires. The interviews were conducted under the light of Bardin (2011) content analysis and charts were generated to better illustrate the data. From this datum, we built an early version of 'Caderno Reflexivo'. This material has been validated by four researchers in this field and ten Sociology professors at Ifal. Our perception of the 'Caderno' is that this material can contribute to qualifying this discussion of our prison system as well as fostering critical thinking on the matter in classrooms, all of which represents an effort to overcome social inequalities, and that such efforts need to be promoted and encouraged.

**Keywords:** Prison system; Work in prison; Sociology; Integrated education; Teaching.

### Resumen

Es consenso que la crisis del sistema penitenciario brasileño representa uno de los principales males sociales en la historia reciente del país. Este artículo tiene como objetivo presentar el camino investigativo en la construcción de un

material didático complementar que contribuya a la calificación de este debate en la Enseñanza Media Integrada, dialogando directamente con el contenido programático del componente curricular de Sociología. Esta investigación se desarrolló en el contexto del Programa de Posgrado en Educación Profesional y Tecnológica (ProfEPT/Ifal) desde la metodología cualitativa, en el tipo Investigación-Acción-Participativa de Fals Borda (1987). En principio, realizamos una revisión bibliográfica y, en la etapa de diagnóstico, aplicamos cuestionarios con profesores de Sociología de varios *campi* de Ifal, realizamos entrevistas semiestructuradas a cinco de estos profesionales y aplicamos cuestionarios a estudiantes de la carrera de Vialidad del campus de Maceió. Las entrevistas fueron procesadas a la luz del Análisis de Contenido de Bardin (2011) y se generaron gráficos para una mejor visualización de los datos. A partir de estos datos, construimos la versión anterior de Reflective Notebook. Este material fue validado por cuatro investigadores en el tema abordado y diez profesores de Sociología de Ifal. Creemos que este Cuaderno puede contribuir a cualificar la discusión sobre el sistema penitenciario y posibilitar espacios de reflexión en las aulas que representen un esfuerzo por superar las desigualdades sociales, y que es necesario seguir emprendiendo esfuerzos en este sentido.

**Palabras clave:** Sistema penitenciario; Trabajo penitenciario; Sociología; Educación integrada; Enseñanza.

## 1. Introdução

No Brasil, acentuadamente desde 2018, com o advento do que podemos nomear como neoconservadorismo (Harvey, 1992), marcado pela polarização política, tensões e conflitos no âmbito político, o recrudescimento penal e o punitivismo evidenciou ainda mais a urgência de se investigar a consequências desses pensamentos na sociedade, nas políticas públicas e também seu impacto na manutenção dos Três Poderes da República Brasileira (Legislativo, Executivo e Judiciário).

Nos tempos hodiernos, uma das mais relevantes discussões se refere ao sistema de justiça. A literatura científica tem apontado, por exemplo, que o sistema prisional é um importante marcador social de uma sociedade (Wacquant, 2011). Por esta razão, olhares atentos têm sido lançados ao judiciário brasileiro. A observância a esses dados descortina uma série de exclusões sociais historicamente constituídas, que podem ser identificados nos dados estatísticos.

Em princípio, cumpre retomar algumas proposições antes de delimitar o que se identifica no contexto brasileiro. Estudos pioneiros, a exemplo dos escritos do filósofo francês Michel Foucault (1926–1984) desde os anos 70, já indicavam que instrumentos do poder judiciário são apresentados como uma invenção burguesa, cuja função histórica foi reduzir, dominar e sufocar manifestações populares (Foucault, 2013). Essa perspectiva dialoga com a ideia de que o “Estado penal” possui estreita relação com as questões de classe, principalmente na perspectiva neomarxiana, que será apresentada posteriormente no texto em tela. É possível pontuar que

A penalização serve aqui como uma *técnica para a invisibilização dos “problemas” sociais* que o Estado, enquanto alavanca burocrática da vontade coletiva, não pode ou não se preocupa mais em tratar de forma profunda, e a prisão serve de lata de lixo judiciária em que são lançados os desejos humanos da sociedade de mercado (Wacquant, 2007, p. 21, grifo do autor).

Os dados estatísticos referentes ao sistema prisional brasileiro confirmam o cenário de exclusão social. O Levantamento Penitenciário Nacional (INFOPEN), referente aos anos de 2017 e 2020, respectivamente com dados de junho de 2016 e junho de 2019 foram consultados e indicam o que segue: à época da produção dos dados mais recentes, o Brasil contava com 773 mil Pessoas Privadas de Liberdade (PPL), mantendo o posto de 3ª maior população prisional do planeta (Brasil, 2020). Ao se falar das PPL's do sexo feminino, tem-se aproximadamente 42 mil mulheres privadas de liberdade (Brasil, 2017b), que representa o 4º maior contingente de mulheres encarceradas. Nesta investigação, tecemos considerações sobre as pessoas do sexo feminino encarceradas, mas nos concentramos na população masculina, uma vez que esse grupo é quantitativamente mais expressivo.

Mediante a experiência pessoal do autor, no interior dos movimentos antiprisionais que realizam discussões críticas quanto ao sistema prisional, observa-se que as militantes costumam referir que a mera exposição dos números “desumaniza” as análises, entretanto, avaliamos pertinentes o destaque de que, segundos os relatórios mencionados, 55% das Pessoas Privadas

de Liberdade possuem até 29 anos, 64% delas se autodeclararam como negras ou pardas; dentre essas, 51% possuem o ensino fundamental incompleto, somado aos 4% de analfabetos (Brasil, 2017a).

A observância à tipificação penal que levaram as pessoas ao encarceramento também é um dado importante, já que 62% das mulheres e aproximadamente 40% dos homens cumprem pena pelo cometimento do crime de tráfico (Brasil, 2020). O relatório indica também que, de um modo geral, 43,71% dos homens se encontram reclusos por crimes contra o patrimônio, enquanto 27,92% foram enquadrados na Lei de Drogas, que equipara o tráfico a um crime hediondo.

Borges (2018) destaca que no Brasil, a Lei nº 11.343 de 2006, chamada de Lei de Drogas, é uma das principais impulsionadoras do superencarceramento, já que sua aprovação acarretou no aumento de 300 mil pessoas no sistema prisional no período de apenas oito anos. Em termos práticos, é possível afirmar que se refere a “uma guerra de guerrilha à perseguição penal aos traficantes de calçadas e aos consumidores pobres” (Wacquant, 2007, pp. 114–115), que não são a peça mais importante nas relações políticas que mantêm a dinâmica do comércio ilegal de drogas no país.

Ainda sobre o perfil das pessoas que são alvos do sistema prisional, além de indicarem a nomeada seletividade penal (Baratta, 1999), ou seja, aprisionar um público específico em detrimento de outro, os dados apresentam evidências de que é possível falar na criminalização da pobreza, ao se perceber o encarceramento de grupos historicamente oprimidos, como homens e mulheres negros, geralmente jovens com baixo poder aquisitivo e moradores dos guetos urbanos.

A legislação brasileira, em específico a Lei de Execução Penal (Brasil, 1984) dispõe da compreensão de que o cumprimento da pena deve promover a *integração social*, inclusive pelo trabalho prisional. Em que pese esses dados alarmantes, o Brasil é signatário de diversos documentos internacionais que resguardam tratamentos dignos às pessoas que cumprem pena, a exemplo das Regras de Mandela ou Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos (Brasil, 2016a) e as Regras da Bangkok (Brasil, 2016b), sendo esta última direcionada para as mulheres privadas de liberdade. Esse compromisso assumido perante à comunidade internacional evidencia, como se poderá ver abaixo, as contradições do país.

Em sua maioria, as pessoas que cumprem pena estão em caráter provisório (34, 7%) e a superlotação é um grave problema, já que há um excedente de 38,4% ao total de vagas disponíveis. Essa série de dados reitera que o Estado brasileiro formula, corrobora e aplica discursos e políticas de que indivíduos negros são pessoas que inspiram medo, o que justifica a repressão por meio dos dispositivos do judiciário (Borges, 2018). A situação de exclusão é agravada no caso das mulheres, devido aos impactos negativos na maternagem e o abandono afetivo por parte de seus companheiros (Pimentel, 2016).

Como a pesquisa se deu no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), compreendemos que dentro do universo pesquisado, o *trabalho prisional* possibilitaria uma série de reflexões que dialogam com o mundo do trabalho. A Lei de Execução Penal destaca o trabalho como “dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva” (Brasil, 1984). Embora 85% da população prisional não tenha acesso a esse direito, muitos deles depositam no trabalho e na educação as possibilidades de “ressocialização”.

Após a contextualização do sistema de justiça brasileira, apresentamos ferramentas teóricas que coadunam com a linha teórica adotada pelos/as pesquisadores/as. Esta discussão, embora importante, só pode ser pensada dentro do contexto escolar quando se aborda a perspectiva do ensino integrado, ou seja, uma proposta de educação inspirada na ideia de escola unitária, proposta inicialmente por Gramsci (1982), que integre ciência, cultura e trabalho como dimensões humanas inseparáveis. Esta perspectiva dialoga diretamente com a noção de formação humana integral, omnilateralidade ou formação omnilateral, pois se trata de uma educação ampla que contemple a educação mental (intelectual), educação e instrução tecnológica (Moura et al., 2015).

Este arcabouço teórico concebe a educação como um campo de *práxis* crítico, no qual os processos educativos devem contribuir para a problematização dos homens nas suas relações com o mundo que o circunda (Freire, 2012). Autores como

Saviani (1989), também dentro desta linha, destacam o trabalho como princípio educativo e como categoria ontológica, de maneira que os *construtos* “trabalho” e “educação” devem ser considerados como uma unidade integrada. Em síntese:

O ensino integrado é um projeto que traz um conteúdo político-pedagógico engajado, comprometido com o desenvolvimento de ações formativas integradoras (em oposição às práticas fragmentadoras do saber), capazes de promover a autonomia e ampliar os horizontes (a liberdade) dos sujeitos das práticas pedagógicas, professores e alunos, principalmente (Araújo & Frigotto, 2015, p.63).

Essa proposição é determinante na medida em que a educação, sobretudo a educação profissional no Brasil, serviu prioritariamente aos ditames de grandes órgãos liberais internacionais (Neves & Pronko, 2008). Araújo e Frigotto (2015) destacam também que a ampliação da compreensão do mundo é uma das diretrizes desse prisma, portanto, a ideia de recontextualização, presente nas abordagens sobre Currículo Crítico (Young, 2014), se apresenta como intrinsecamente pertinente.

Uma educação integrada compreende que os saberes são constituídos em momentos específicos, por determinadas razões, para atender a interesses específicos. Recontextualização se refere ao movimento de tirar o conhecimento especializado do plano acadêmico e inseri-lo na disciplina escolar - e não raro, seguido a uma agenda preestabelecida, o que Young (2014) chama de *currículo oculto*. Na perspectiva integrada existe a preocupação de que estudantes questionem as constituições desse saber a partir de suas experiências e compreensões.

Portanto, pretendemos destacar a importância de estudos na temática proposta, principalmente de métodos que contribuam para a referida discussão para estudantes da Rede Federal de Ensino, através da perspectiva do Currículo Crítico (Young, 2014). Para isso, apresentamos o percurso investigativo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFAL), bem como os resultados desse caminhar, que culminaram em um material paradigmático.

## 2. Procedimentos Metodológicos

Este trabalho adotou a abordagem qualitativa para coleta e análise de dados, visando incidência no contexto estudado. Para tal, adotamos a *Investigación-acción-participativa*, tendo como principal influente o sociólogo colombiano Orlando Fals Borda (Brandão & Streck, 2006). Esta abordagem tem a perspectiva teórico-epistemológica marcada pelo compromisso participativo ou popular (Gabarrón & Landa, 1994). Há também a valorização das contribuições dos povos na construção do conhecimento, como bem destacam os autores Fals Borda e Brandão (1987): “*El segundo es el reto que significa el reconocimiento de la ciencia popular como algo válido, e igualmente válido que las ciencias académicas*” (p. 17).

A assimetria entre conhecimento acadêmico e conhecimento popular, tão presente nas tradições científicas, não encontra espaço nas investigações de cunho participante. Brandão (2006) chama a atenção para o fato de que as pesquisas participantes entendem que a confiabilidade de uma determinada ciência não está estritamente no rigor de seu pensamento, mas antes de tudo na contribuição de sua prática na construção coletiva de saberes que tornam o ser humano não só mais instruído, mas também mais livre, justo, crítico, solidário e participativo, o que em muito se aproxima do que é proposto por Freire (2012).

Portanto, o pesquisador *militante* assume um compromisso ético com os beneficiários do objeto que pesquisa: “a atividade investigativa se integra e deriva seu propósito específico pela ação orientada concreta e manifesta com vistas à ação política” (Gajardo, 1983, p. 71). Ainda sobre o método. Outro ponto teórico pertinente é o salto que se dá em comparação às observações participantes:

Nessa e em boa parte das abordagens qualitativas na pesquisa social, eu descubro que sou confiável. Posso proceder assim porque posso confiar em mim mesmo e, não apenas, nos instrumentos que coloco entre eu e os meus “objetos de minha pesquisa”. Posso confiar em minha memória, em minhas palavras e nas de outros, meus interlocutores (Brandão, 2006, p. 17).

Dessa forma, a experiência do pesquisador não é anulada em nome de uma suposta neutralidade científica, mas pode ser também uma rica fonte de dados. Nas palavras de Wright Mills (1982, p. 212), “o estudioso, como artesão intelectual, tentará juntar o que está fazendo intelectualmente e o que está experimentando como pessoa”. Ademais, o ambiente natural e o pesquisador se destacam também como fontes diretas de dados (Lüdke & André, 1986).

A investigação-ação aqui proposta tem por culminância um Produto Educacional dirigido às turmas do Ensino Médio Integrado, não se limitando a ela e nem a espaços formais de ensino. Este método investigativo se desenvolve em um ciclo que se inicia com o diagnóstico enquanto primeira etapa de coleta dos dados, seguidos pelo “planejamento de uma solução sua implementação, seu monitoramento e a avaliação de sua eficácia” (Tripp, 2005, p.446).

Para Bittencourt (2008) o material didático pode ser entendido como um importante mediador no processo de construção de conhecimento, pois facilita os processos. Mesmo sendo um consagrado instrumento, o livro didático muitas vezes não consegue dar conta integralmente dos conteúdos que propõe “por conta de limitações que são próprias deste material” (Ribeiro, 2020, p. 71), por isso, o material paradidático pode ser usado como complemento, enquanto material de consulta da/do professora/r ou até mesmo material de pesquisa de apoio educativo às atividades das/dos estudantes (Munakata, 1997).

Na produção em tela, se apresentará um recorte da primeira etapa da investigação, a análise diagnóstica, na qual será analisada a avaliação docente e discente a respeito do tema investigado. Diante do paradigma e proposta apresentados, de seus métodos e ferramentas, a seguir exporemos os instrumentos utilizados na etapa diagnóstica. Em princípio, aplicamos de forma presencial um questionário estruturado com doze (12) estudantes matriculados na 3ª série do Curso Médio Integrado de Estradas do IFAL – *campus* Maceió, no ano letivo 2019. Respeitando a faixa etária das/dos participantes, foram realizadas adequações para que as questões fossem compreendidas. O objetivo foi diagnosticar como esse grupo concebia o sistema prisional e o trabalho prisional, bem como averiguar se houve contato com esse debate em algum momento do Ensino Médio, incluindo conteúdos no livro didático. O questionário se deu na forma de questões fechadas com alternativas e foi utilizada a Escala Likert de cinco pontos (Lucian; Dornelas, 2015) para medição do nível de concordância. O critério de inclusão foi estar matriculado de forma regular no referido curso e no ano letivo citado. Esses dados foram organizados em gráficos, para melhor visualização

Compôs também o momento da análise diagnóstica entrevistas semiestruturadas com cinco (5) professoras/es de Sociologia do Ensino Médio Integrado ao Técnico do IFAL, de modo que todo as/os participantes desse grupo atuavam, à época, no *campus* Maceió. As questões buscaram compreender a pertinência do estudo do sistema de justiça, bem como a representação da temática nos livros didáticos de Sociologia. Foi investigado também se o conteúdo dialogava com o conteúdo programático e se as/os entrevistada/os possuíam conhecimento a respeito do debate e se consideram o trabalho prisional como uma expressão do trabalho na contemporaneidade. Por fim, questionamos se o corpo docente seria receptivo a um material paradidático que contribuísse nessa discussão.

Esses dados coletados foram transcritos de forma literal e analisados à luz da técnica da Análise de Conteúdo, enquanto conjunto de técnicas de análise das comunicações (Bardin, 2011). Conforme propõe o método, os resultados foram organizados em categorias e subcategorias e serão apresentadas na seção seguinte (Resultado e discussão).

Devido às medidas de isolamento social, estabelecidos em razão da COVID-19, foram aplicados questionários estruturados via *Google Forms* a dez (10) professoras/es espalhados por diversos *campi* do Estado de Alagoas (Maceió, Marechal Deodoro, Murici, Palmeiras dos Índios, Penedo e Viçosa), também com a intenção de qualificar o diagnóstico com



questões transversais àquelas da entrevista semiestruturada. Assim como as respostas do corpo discente, essas respostas, com vistas a facilitar sua visualização, também foram convertidas em gráficos.

Por fim, para garantir a participação de pessoas privadas de liberdade no diagnóstico da questão proposta, realizamos entrevistas semiestruturadas com cinco (5) dessas pessoas que trabalhavam durante o cumprimento da pena. Assim como a entrevista com o corpo docente, essas entrevistas foram transcritas de forma literal e contribuíram na confecção do material paradidático.

Os dados coletados na etapa diagnóstica compõem etapa importante da construção do Produto Educacional, e seus resultados possibilitaram não só a elaboração de uma versão prévia do material paradidático, mas também contribuíram para sua reformulação em diversos momentos. Aliados ao estudo bibliográfico, construiu-se um protótipo do PE. É salutar destacar que a experiência acadêmica e prática do pesquisador, o habilitou para a formulação desta primeira versão. À época da coleta de dados (2018 e 2019), participava do Projeto “Prisões Livres de Tuberculose!” como mobilizador social, possuindo trânsito em diversos estabelecimentos prisionais de Alagoas. Soma-se a isto experiência anteriores dentro do contexto prisional, enquanto residia em Brasília/DF, bem como uma experiência pessoal em que foi confundido com um encarcerado durante uma das atividades desenvolvidas na capital federal, narrativa interpretada em publicação dos/as autores/as deste texto (Félix & Melo, 2020).

Com o Produto Educacional construído, procedeu-se à sua avaliação por dois grupos distintos: um deles composto por quatro (4) pesquisadoras/es que discutem a temática do sistema prisional e outro por dez (10) professoras/es do componente curricular Sociologia vinculados ao Ifal, divididas/os entre os *campi* Maceió, Marechal Deodoro, Murici, Penedo e Santana do Ipanema. Tal etapa foi também fundamental para reformulações e ajustes, fechando-se assim o ciclo da *investigación-acción-participativa*.

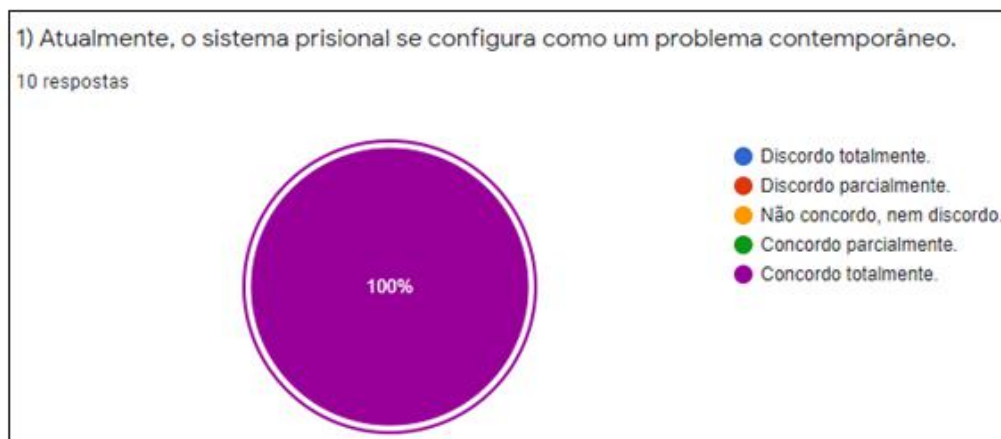
A esta altura do texto, espera-se que fique evidente para o leitor que o objetivo é qualificar uma discussão no contexto escolar, com o objetivo de favorecer tanto estudantes, quanto a própria comunidade prisional, em específico a População Privada de Liberdade e seus familiares, que podem ser percebidos a partir de um olhar mais *humanizado*.

### 3. Resultados e Discussão

#### 3.1 A perspectiva docente

A priori, foi identificada a pertinência do estudo do sistema prisional por parte do corpo docente, entendida como uma questão sociologicamente relevante. É possível observar um ponto de convergência por parte das/dos professoras, já que 100% dele *concebe* o sistema prisional como um problema contemporâneo (Gráfico 1):

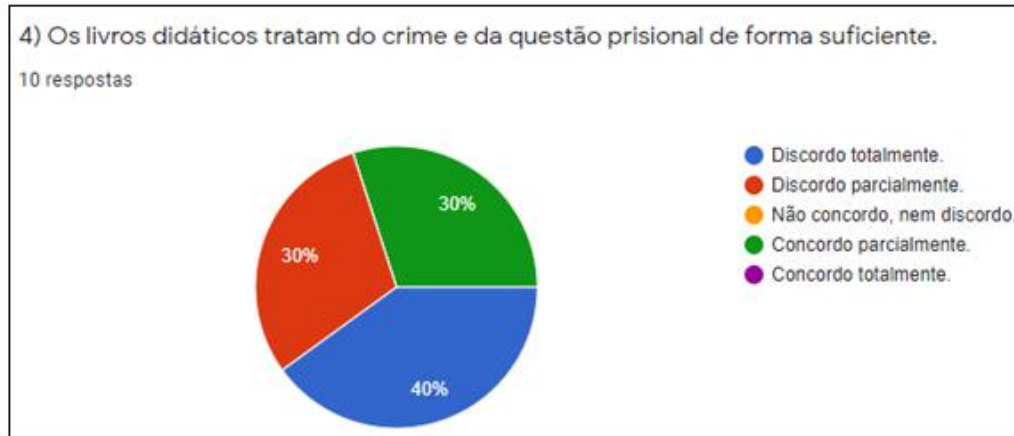
**Gráfico 1** – Corpo docente – sistema prisional como problema contemporâneo.



Fonte: Dados da pesquisa.

Outro dado relevante é a percepção de docentes a respeito da representatividade da questão prisional nos livros didáticos. As respostas sugerem que o debate não é contemplado adequadamente, uma vez que 70% discordam total ou parcial de que essa discussão é tratada de forma suficiente, e 30% concordam apenas parcialmente com a afirmativa. Destaque-se que nenhum dos participantes da pesquisa concordam totalmente com a assertiva, como se observa a seguir (Gráfico 2).

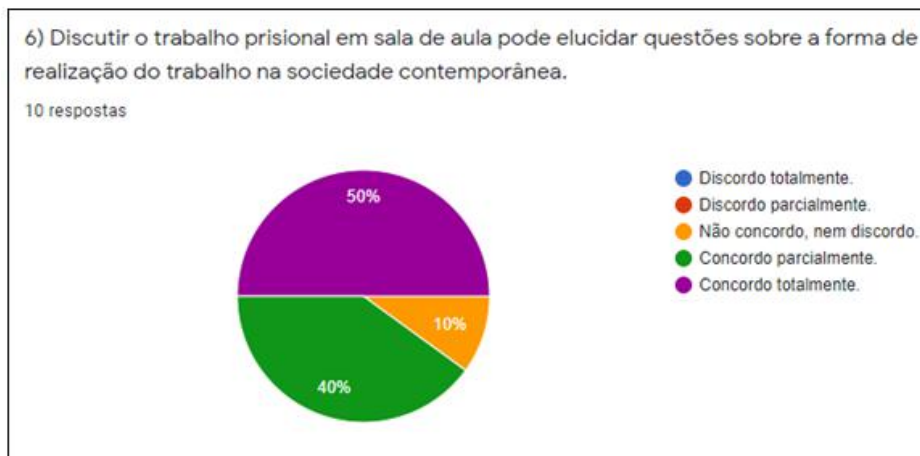
**Gráfico 2** – Corpo docente – o crime e a questão prisional nos livros didáticos.



Fonte: Dados da pesquisa.

É possível observar ainda que 50% do corpo docente concorda totalmente, enquanto 40% concorda parcialmente que essa discussão pode elucidar questões sobre a forma de realização do trabalho na sociedade contemporânea, como é demonstrado no Gráfico 4.

**Gráfico 3** – Corpo docente – Discussão do trabalho prisional em sala de aula.



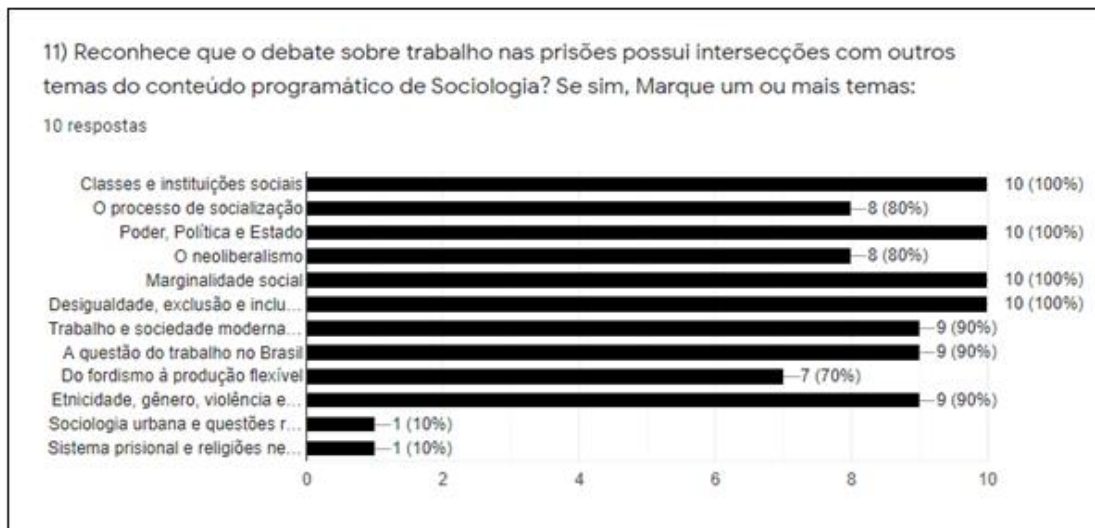
Fonte: Dados da pesquisa.

Acrescente-se que em uma das assertivas questionamos “Qual é o seu conhecimento sobre como funciona o trabalho prisional?”, ao que 80% das/dos professoras/es responderam “Conheço algo a respeito do tema”, e 20% responderam “Conheço muito pouco sobre o tema”. A partir desse dado, compreende-se que muito possivelmente o corpo docente não reúne condições para promover um debate qualificado sobre o tema em sala de aula. O que é confirmado em questão seguinte, na qual (70%) concordaram parcialmente e somente dois participantes (20%) concordaram totalmente que teriam condições

mínimas de fazê-lo sem suporte didático, enquanto 10% discordam parcialmente que teriam condições de discutir o tema sem o apoio de um livro didático.

No Gráfico 5, elencado abaixo, observa-se que, na perspectiva do corpo docente, a discussão sobre sistema prisional e trabalho prisional dialoga diretamente com parte significativa do conteúdo programático do componente curricular Sociologia na Rede de Ensino Federal.

**Gráfico 4** – Corpo docente – Trabalho prisional no conteúdo programático de Sociologia<sup>1</sup>.



Fonte: Dados da pesquisa.

Nos conteúdos “Classe e instituições sociais”, “Poder, política e Estado”, “Marginalidade social”, “Desigualdade, exclusão e inclusão social” houve pontos significativos de convergência e outras pontuações expressivas, a exemplo dos tópicos “Trabalho e sociedade moderna capitalista” e “A questão do trabalho no Brasil” que contaram com 9 concordâncias sobre a relação das discussões e os tópicos “O processo de socialização” e “O neoliberalismo” com 8 pontuações.

As entrevistas semiestruturadas também chancelam muito do que foi abordado nos questionários, razão pela qual serão apresentados alguns trechos de narrativas dos professores que são representativas para os objetivos da pesquisa. Mesmo que as categorias e subcategorias apresentadas na Tabela 1 não sejam trabalhadas exaustivamente no texto em tela, a sua visualização pode fazer com o que o leitor reconheça algumas das narrativas que balizaram a confecção do Produto Educacional.

<sup>1</sup> O gráfico foi retirado diretamente da plataforma *Google Forms*, razão pela qual alguns itens tiveram algumas palavras suprimidas, devido ao *layout*. Os itens em que isso ocorreu são apontados a seguir, na ordem em que aparecem no gráfico: Desigualdade, exclusão e inclusão social; Trabalho e sociedade moderna capitalista; Etnicidade, gênero, violência e minorias no Brasil; Sociologia urbana e questões relativas à segregação socioespacial e Sistema prisional e religiões neopentecostais.



**Tabela 1** - Categorias e subcategorias construídas a partir das entrevistas com corpo docente.

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>
I. <i>Processos educativos</i>	(1) Educação integral/integrada (2) Currículo escolar (3) Trabalho como princípio educativo
II. <i>Processos sociais</i>	(1) Contexto político (2) Criminalidade como processo social (3) Precarização do trabalho
III. <i>Contexto de ensino-aprendizagem</i>	(1) Dificuldades no processo ensino-aprendizagem (2) Possibilidades e limitações do livro didático (3) Processos avaliativos (4) Redes sociais

Fonte: Dados da pesquisa.

Seguindo as orientações de Bardin (2011), enquanto os áudios das entrevistas foram transcritos, realizei análise flutuante dos dados. As falas das/dos cinco (5) professoras/es atravessaram diversos debates e incidiram diretamente na construção do Produto Educacional. Na subcategoria “limitações e possibilidades do livro didático, um dos Professores destaca que:

Todos os outros materiais eu faço em casa, com outros textos que eu considero mais qualificados e menos fragmentados porque eu acho o livro didático muito fragmentado. Ele pincela, sabe como é que é? Ao invés de aprofundar, por exemplo, no meu caso, em específico. (Professor B)

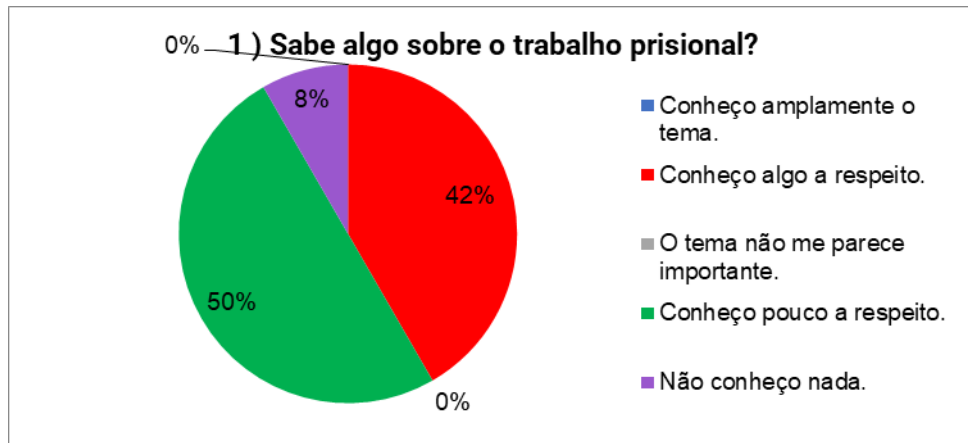
Para a perspectiva de Currículo Crítico (Young, 2014) adotada, a ideia de um material fragmentado pode comprometer a qualidade das discussões. Em nossa avaliação, essa narrativa, apresentada também por outras/os professoras/es, reforça a importância do material confeccionado. Nas entrevistas, o corpo docente aponta problemas como linguagem inadequada, inexistência de referências do contexto regional e necessidade de que o material paradidático dialogue com uma geração que é cada vez mais *online*. Essas sugestões impactaram na linguagem adotada no Produto Educacional, na inserção de referências locais e recursos interativos, como o acesso a vídeos no *Youtube* via *QRCode* e o acesso a notícias via *hyperlinks*, para citar alguns exemplos.

Em suma, neste recorte dos dados coletados, temos que: (1) o corpo docente de Sociologia que respondeu ao questionário compreende que a discussão sobre sistema prisional é relevante para a sociedade, e que está subrepresentada nos livros didáticos; (2) há uma concepção heterogênea sobre o que o trabalho prisional representa enquanto realização do trabalho na sociedade contemporânea; (3) a maior parte desse grupo avalia que o estudo do trabalho prisional pode auxiliar na compreensão da realização do trabalho na atualidade; (4) o debate proposto no Produto Educacional dialoga diretamente com parte significativa do conteúdo programático de Sociologia; (5) o corpo docente reconhece a importância de um material paradidático, complementar ao livro didático, que trate sobre o tema.

### 3.2 A perspectiva discente

O grupo de estudantes, por seu turno, também trouxe escores relevantes para a construção do material paradidático. O primeiro dado que chama atenção é que 100% deles não identificaram a discussão sobre trabalho prisional no livro didático e 83% deles/as sequer estudou ou discutiu o tema em algum componente curricular durante o curso. As/os estudantes também demonstraram não ter proximidade com a discussão, já que no Gráfico 6 observamos que 50% afirma conhecer pouco a respeito, enquanto 42% refere conhecer algo a respeito.

**Gráfico 5** – Corpo discente – Conhecimento sobre trabalho prisional.

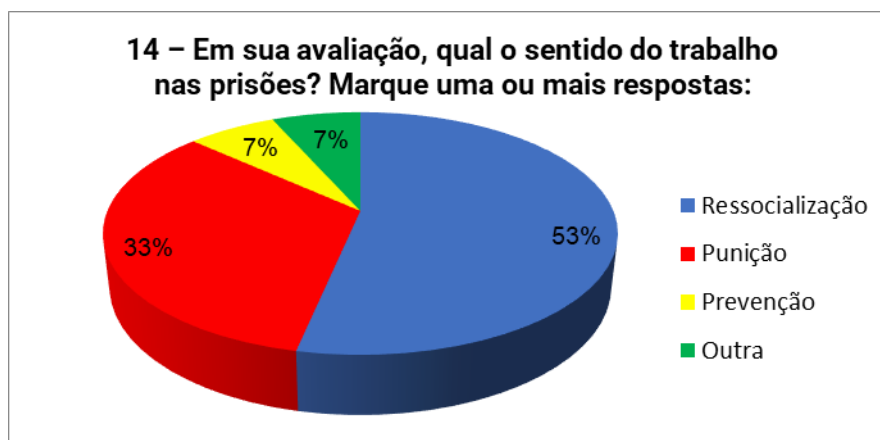


Fonte: Dados da pesquisa.

Outros dados sugerem o reconhecimento da importância desse debate, já que 83% concordam totalmente que “é importante entender a questão social apresentada [o trabalho prisional]”. Pessoalmente, supomos que essa questão pudesse apresentar um resultado diferente, devido ao contexto de crescimento do pensamento conservador vivenciado no Brasil.

O Gráfico 7 expõe a percepção do corpo discente a respeito do sentido do trabalho prisional. Para 53% o sentido é de “ressocialização”, enquanto para 33% é de “punição”. As/os participantes poderiam marcar mais de uma resposta. Em princípio, a visão dos/das estudantes, neste aspecto analisado, se aproxima dos sentidos observados na legislação vigente.

**Gráfico 6** – Corpo discente – Sentido do trabalho nas prisões.



Fonte: Dados da pesquisa.

No questionário diagnóstico apresentamos uma série de assertivas bastantes presentes no senso comum a fim de mensurar o nível de concordância dos estudantes em relação a elas e nos aproximarmos das representações sociais predominantes do grupo estudado. Apresentamos questões como: “A aplicação das leis no Brasil é injusta”, “A lei passa muito a mão na cabeça” e “A responsabilidade pelo crime é apenas do autor do crime”. Identificamos que existem perspectivas imprecisas, ambíguas e conflitantes, pois, ao tempo que 75% concordam totalmente que um preso precisa ter acesso à saúde, educação e trabalho, apresentando uma perspectiva que considera o sujeito apenado como portador de direitos invioláveis, 37% concorda totalmente que a responsabilidade pelo crime é apenas do autor do crime, demonstrando pouca reflexão sobre os condicionantes sociais da criminalidade.

Observou-se que as/os estudantes carecem de maior elaboração de suas ideias, ao mesmo tempo em que demonstravam movimentos incipientes no sentido de construir compreensões mais críticas. Estas concepções também influenciaram diretamente na elaboração do Produto Educacional, que será abordada no tópico seguinte.

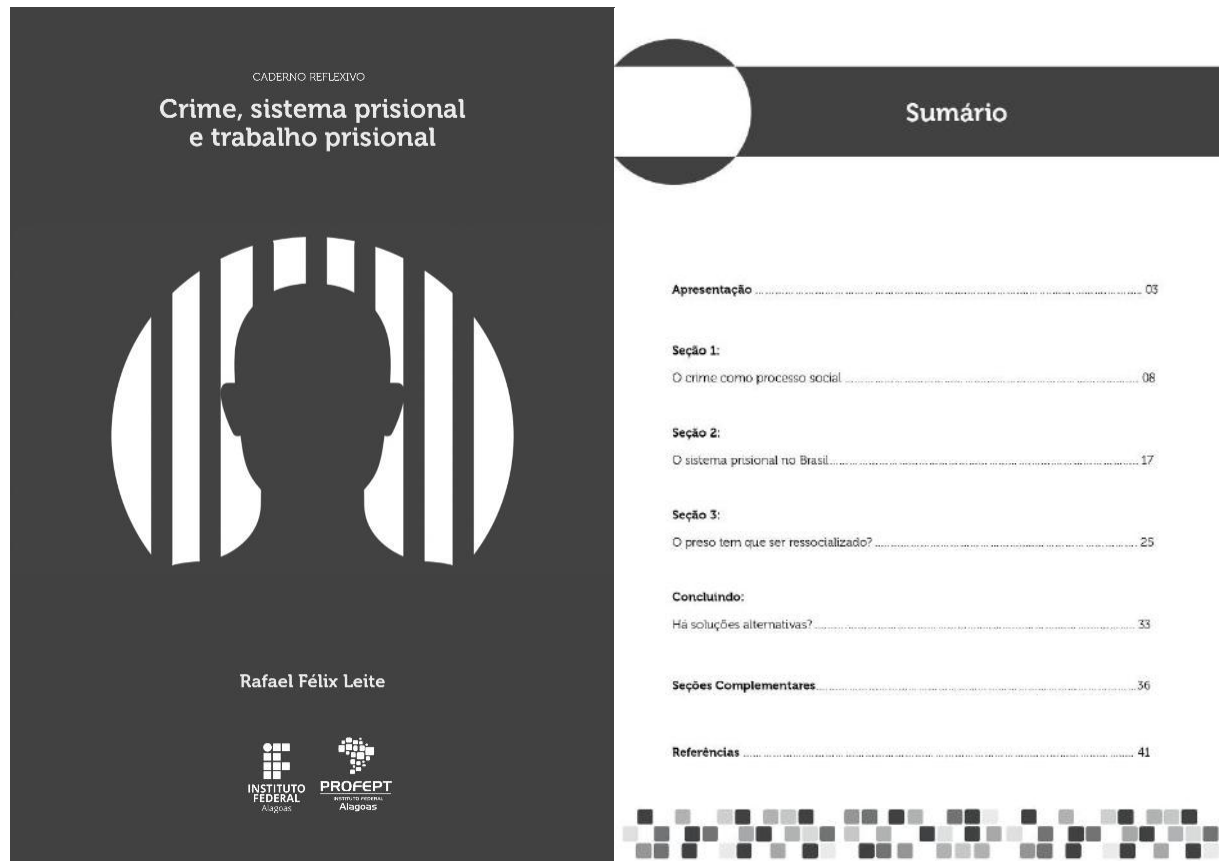
### **3.3 Confeção do Produto Educacional**

O material paradidático construído a partir da pesquisa participativa descrita até aqui foi o Caderno Reflexivo intitulado “Crime, sistema prisional e trabalho prisional”, conforme mostra o título observado na Figura 1. Ele é composto por uma apresentação escrita pela orientadora da pesquisa (segunda autora deste artigo) e quatro (4) seções de debates, além de um tópico extra intitulado “Seções complementares” e a apresentação das referências bibliográficas mencionadas ao longo do Produto Educacional. Os títulos das seções podem ser vistos também na Figura 1 (ao lado da capa), o sumário do material proposto na investigação participante. A íntegra deste material pode ser consultada no repósi de produtos educacionais da CAPES, o EduCAPES<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Por meio do link: <https://www.educapes.capes.gov.br/handle/capes/643217>

**Figura 1** – Capa e Sumário do Produto Educacional.



Fonte: Dados da pesquisa.

No material há uma série de estatísticas, charges, notícias, questões, além de paráfrases com trechos de músicas de artistas locais. Nas seções complementares, acrescentamos o “Mosaico de vozes” que apresenta diversas narrativas de pessoas privadas de liberdade que podem suscitar discussões sobre o tema em sala de aula. Destaque-se que a identidade dessas pessoas foi preservada. Há também uma seção intitulada “Para além desse Produto Educacional”, com indicações de livros, músicas, filmes, documentários, séries e um campo com interatividades, todas voltadas para a compreensão do sistema carcerário brasileiro.

A avaliação do Caderno Reflexivo foi etapa importante da investigação, momento em que os participantes da pesquisa foram questionados sobre a adequação e qualidade do conteúdo, da forma, da linguagem e sobre a aplicabilidade em sala de aula (Rizzati et al., 2020). Esta etapa culminou em mudanças no *layout*, no acréscimo, supressão e alteração de diversos conteúdos e foi determinante para a versão final do Produto Educacional. De uma forma geral, a avaliação foi positiva tanto por parte das/dos professores, quanto por parte das/dos pesquisadoras/es especialistas no tema, que referendaram a importância do material proposto, mas apontaram limites advindos da estrutura da organização curricular para o aprofundamento do tema:

Por ser tema específico e outros conteúdos a serem ministrados, por ter apenas uma hora de aula de Sociologia por semana, pelo fato de ter muito texto talvez fique difícil o uso em sala de aula. (Professor F)

Sem dúvida o Produto Educacional pode ser utilizado nas aulas de Sociologia, ainda que com as restrições decorrentes da restrição de carga horária da disciplina. De todo forma, o material na íntegra ficará disponível para aprofundamento junto a estudantes que tenham maior interesse da temática. (Professor G)

O material é bom e busca aprofundar temas. A aplicação do mesmo, contudo, fica um tanto comprometida devido a condensação dos conteúdos de Sociologia, decorrente da baixa carga horária. Não é um problema, mas um desafio. (Professor H)

Trabalho muito bom, graficamente agradável e com grande potencial para ser utilizado como material didático no ensino médio. (Professor J)

Entendemos que, apesar dos limites evidenciados relativos à baixa carga horária da disciplina no Ensino Médio e à densidade de questões que compõe o componente curricular, o Produto Educacional poderá subsidiar e qualificar o debate da temática em sala de aula, respondendo a ausências evidenciadas pelo próprio corpo docente no conteúdo disponível nos livros didáticos e contribuindo para a reflexão acerca de problema social de grandes proporções que tem impactos diretos na (re)produção das desigualdades sociais e que tem sido objeto de aquecidos debates políticos no tempo presente.

#### 4. Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi investigar se a discussão sobre o sistema de justiça era apreciada de forma suficiente nos livros didáticos do componente curricular Sociologia e ao final apresentar um material paradidático que contribuísse com o tratamento da questão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica e na Educação Básica. A análise dos dados coletados contou com revisão bibliográfica, aplicação de questionários com corpo docente e discente do curso Técnico de Nível Médio Integrado do IFAL, além de entrevista semiestruturada com professoras/es de Sociologia.

A coleta de dados indicou que, apesar de sua relevância no contexto da sociedade contemporânea, a discussão não é presente nos livros didáticos, e que a maior parte das/os docentes não dispõem de tempo e material didático de referência para o aprofundamento destas questões. Compreendemos que a participação de estudantes, corpo docente e pesquisadoras/es da temática contribuiu sobremaneira para a consistência e qualificação do Produto Educacional. E, diante de tais resultados, afirmamos que a proposição de materiais paradidáticos pode oferecer subsídios para o debate de temas lacunares identificados nos livros didáticos, possibilitando o aprofundamento de questões e o tratamento de particularidades regionais. Tais materiais, na medida em que contextualizam fenômenos, apresentam resultados quantitativos e qualitativos de pesquisas científicas, debates e análises teórico-críticas, contribuem para o questionamento de estigmas, preconceitos, e para desnaturalização de fenômenos e processos sociais. Ao provocar a ressignificação de realidades e processos a partir de perspectiva crítica, contribui para o processo de emancipação individual e coletiva, promovendo uma educação libertadora.

Neste sentido, é imprescindível que a comunidade científica siga investindo para desvelar os estigmas, estereótipos e preconceitos ainda muito presentes no tema abordado. Nossa experiência com a presente investigação indicou que pesquisas que contemplem uma perspectiva crítica requerem primazia para as desconstruções aqui propostas. É recomendável que trabalhos futuros abarquem teorias contemporâneas sobre gênero e classe, bem como sejam transversais quanto às pautas da população negra. É de suma importância que dialoguem diretamente com a realidade da comunidade estudantil, sobretudo do corpo discente, reduzindo as distâncias já estabelecidas entre o contexto intra e extra muros.

#### Referências

- Araújo, R. M. L., & Frigotto, G. (2015). Práticas pedagógicas e ensino integrado. *Revista Educação em Questão*, 52(38), 61–80. <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2015v52n38ID7956>
- Baratta, A. (1999). *Criminologia crítica e crítica do direito penal: Introdução à sociologia do direito penal*. Freitas Bastos.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bittencourt, C. M. F. (2008). *Ensino de história: Fundamentos e métodos*. Cortez.
- Borges, J. (2018). *O que é: Encarceramento em massa? Justificando*.



- Brandão, C. R., & Streck, D. R. (2006). *Pesquisa participante: A partilha do saber*. Ideias & Letras.
- Brasil. (1984). Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm)
- Brasil. (2016a). *Regras de Mandela: Regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos*. Conselho Nacional de Justiça.
- Brasil. (2016b). *Regras de Bangkok: Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras*. Conselho Nacional de Justiça.
- Brasil. (2017a). *Levantamento nacional de informações penitenciárias: INFOPEN Atualização – junho de 2016*. Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- Brasil. (2017b). *Levantamento nacional de informações penitenciárias: INFOPEN Mulheres*. 2017. Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- Brasil. (2020). *Levantamento nacional de informações penitenciárias: INFOPEN Atualização – Junho de 2019*. Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- Fals Borda, O., & Brandão, C. R. (1987). *Investigación participativa*. Instituto del Hombre - Ediciones de la Banda Oriental.
- Foucault, M. (2013). *Microfísica do poder*. Graal.
- Freire, P. (2012). *Pedagogia do oprimido*. Nova Fronteira.
- Gabarrón, L. R., & Landa, L. H. (1994). Investigación participativa. *Cadernos Metodológicos*, 10(1), 7–21.
- Gajardo, M. (1983). Investigación participativa: Propuestas y proyectos. *Revista Latinoamericana de Estudios Educativos*, 13(1), 49–93.
- Gramsci, A. (1982). *Os intelectuais e a organização da cultura*. Civilização Brasileira.
- Harvey, D. (1992). *Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Edições Loyola.
- Lucian, R., & Dornelas, J. S. (2015). Mensuração de atitude: Proposição de um protocolo de elaboração de escalas. *Revista de Administração Contemporânea*, 19(spe2), 157–177. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac20151559>
- Lüdke, M., & André, M. E. D. A. de (1986). *Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas*. EPU.
- Mills, C. W. (1982). *A imaginação sociológica* (2a ed.). Zahar Editores.
- Moura, D. H., Lima Filho, D. L., & Silva, M. R. (2015). Politecnia e formação integrada: Confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, 20(63), 1057–1080. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206313>
- Munakata, K. (1997). *Produzindo livros didáticos e paradidáticos* [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório Institucional da PUC-SP. <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/10559>
- Neves, L. M. W., & Pronko, M. A. (2011) *O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo*. Boitempo.
- Pimentel, E. (2016). As marcas do patriarcado nas prisões femininas brasileiras. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas*, 2(2), 169–178.
- Ribeiro, S. L. (2020). *Relatório de produção do material paradidático “A Feira Negra: Construindo nossas histórias”* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia]. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. [https://www.ufrb.edu.br/mphistoria/images/relatório\\_final\\_Suzana\\_Ribeiro.pdf](https://www.ufrb.edu.br/mphistoria/images/relatório_final_Suzana_Ribeiro.pdf)
- Rizzatti, I. M., Mendonça, A. P., Mattos, F., Rôças, G., Silva, M. A. B. V., Cavalcanti, R. J. S., & Oliveira, R. R. (2020) Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: Proposições de um grupo de colaboradores. *Actio*, 5(2), 1–17. <https://doi.org/10.3895/actio.v5n2.12657>
- Saviani, D. (1989). *Sobre a concepção de politecnia*. Fiocruz.
- Silva, T. T. (2014). A produção social da identidade e diferença. In T. T. Silva, S. Hall, & K. Woodward (Orgs.), *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais* (pp. 72–102). Vozes.
- Sloniak, M. A. (2015). *Trabalho prisional no regime fechado: Entre a lei da execução penal e a realidade vivenciada*. Juruá.
- Félix, R. F., & Melo, B. M. de. (2020). ENCCEJA, sistema prisional e artesanato intelectual. *Anais da Semana Internacional de Pedagogia – UFAL*. [https://doity.com.br/media/doity/submissoes/artigo-e68f4516383e8f1e8e50fbab474a61b54bea2eb1-segundo\\_arquivo.pdf](https://doity.com.br/media/doity/submissoes/artigo-e68f4516383e8f1e8e50fbab474a61b54bea2eb1-segundo_arquivo.pdf)
- Tripp, D. (2005) Pesquisa ação: Uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, 31(3), 443–466. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300009>
- Young, M. (2014). Teoria do currículo: O que é e por que é importante. *Cadernos de Pesquisa*, 44(151), 190–202. <https://doi.org/10.1590/198053142851>
- Wacquant, L. (2007). *Punir os pobres: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Revan.
- Wacquant, L. (2011). *As prisões da miséria*. Zahar.